



Normas de gênero entre jovens “Sem Terra”: evidências para a prática social de enfermagem*

Gender norms among “Landless” youth: evidence for the social practice of nursing

Normas de género entre jóvenes “Sin Tierra”: evidencias para la práctica social de enfermería

Luiz Fabiano Zanatta^{1,2}, Maria Tereza Ruiz-Cantero³, Elisa Chilet-Rossel³, Carlos Álvarez-Dardet³, José Roberto da Silva Brêtas²

Como citar este artigo:

Zanatta LF, Ruiz-Cantero MT, Chilet-Rossel E, Álvarez-Dardet C, Brêtas JRS. Gender norms among “Landless” youth: evidence for the social practice of nursing. Rev Esc Enferm USP. 2017;51:e03279. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2016041603279>

* Extraído do projeto de doutorado “Assimetrias de gênero entre a juventude do MST no Paraná”, Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, 2016.

¹ Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil.

² Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Enfermagem, São Paulo, SP, Brasil.

³ Universidad de Alicante, Grupo de Investigación de Salud Pública, Alicante, España.

ABSTRACT

Objective: Analyzing the relationship between socio-demographic characteristics of youth from the Landless Rural Workers’ Movement in Brazil (*MST*) regarding the prevalence ratio being in accordance with gender norms. **Method:** A cross-sectional study conducted during a Journey of Agroecology carried out in the State of Paraná with young people (15 to 29 years) of both genders. Data collection was conducted through questionnaires. Data analysis compared variables regarding gender norms with sociodemographic variables, and a Prevalence Ratio (PR) was calculated with a confidence interval (CI) set at 95% in order to determine this relationship. **Results:** The study sample was comprised of 147 young people. A higher prevalence was found in accordance with gender norms (PR with CI at 95%) among women compared to men, and that sociodemographic characteristics (lower education level, those living in occupation camps, who do not have white skin and with religious belief) were social indicators for such positioning among both genders. **Conclusion:** The byproduct of a patriarchal gender system has led more young girls to internalization and a reaffirmation of gender norms, highlighting an important field for social nursing practices in order to contribute to the transformation of this reality.

DESCRIPTORS

Gender Identity; Gender and Health; Rural Health; Nursing Care; Public Health Nursing.

Autor correspondente:

Luiz Fabiano Zanatta
Rua Manoel de Freitas Aguiar, 448
CEP 86385-000 – Barra do Jacaré, PR, Brasil
lfzanatta@uenp.edu.br

Recebido: 20/10/2016
Aprovado: 17/08/2017

INTRODUÇÃO

As normas de gênero são entendidas como um conjunto de prescrições, crenças e regras sociais que determina os comportamentos, a forma de atuar na vida cotidiana e de exercer e expressar a sexualidade. Sobre este contexto normativo e prescritivo para as masculinidades ou feminilidades é que operam as normas, formulando estereótipos e papéis de gênero, que fixam representações simplificadas e desiguais, bem como padrões e imagens seletivas para a vida e para as relações entre homens e mulheres⁽¹⁾.

O produto das desigualdades e das normas de gênero desencadeia consequências graves para a saúde das mulheres durante seu ciclo de vida no campo da saúde sexual e reprodutiva, na perpetuação da violência e no acesso ao mundo do trabalho e da escolarização⁽²⁾. Todavia, como tais desigualdades são reproduzidas e/ou sustentadas por processos culturais e sociais, os impactos sobre o bem-estar e a vida das pessoas, variará de acordo com o cenário em que operam, podendo impactar, também, os homens.

O conjunto de aspectos de ordem econômica, social, cultural, política e ambiental que compõe os determinantes sociais da saúde das populações do campo é marcado por diversos indicadores de saúde que conotam maior desigualdade social e vulnerabilidades em relação às áreas urbanas⁽³⁻⁵⁾. Destaca-se ainda que, culturalmente, a carga das concepções patriarcalistas de ser jovem rural e mulher representa uma situação de *inferioridade* na hierarquia social⁽⁶⁾. As normas de gênero nos territórios rurais, assim como nos assentamentos e acampamentos do MST, sustentam com mais intensidade estereótipos, papéis e desigualdades de gênero, promotores de impactos negativos sobre o bem-estar e a saúde desta população⁽⁷⁾.

Por meio de ações implantadas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres⁽⁸⁾ e da promulgação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta⁽⁵⁾, o Brasil tem se empenhado no enfrentamento das iniquidades que afetam a saúde das populações do campo, em especial, as oriundas das desigualdades de gênero. Todavia, impactos significativos nas condições de equidade, integridade, universalidade em saúde e violência de gênero não se consolidaram plenamente⁽⁹⁾.

Frente a este cenário, entende-se que a prática social de enfermagem, direcionada para a transformação deste contexto, contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo⁽¹⁰⁻¹¹⁾, garantindo impactos diretos sobre os indicadores de saúde. Especificamente frente à categoria de gênero, conhecer como se sustentam “suas normas” em comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seria uma possibilidade de direcionar com precisão e adequação as ações de cuidado e promoção da saúde.

A partir desta perspectiva, a enfermagem avança sobre uma importante lacuna de atuação existente na profissão, uma vez que atuar pautando-se pela prática social significa ultrapassar as dimensões técnico-operativas, decorrentes da aplicação direta do saber biotecnológico, para além do saber/fazer tradicional e das práticas institucionalizadas⁽¹²⁾. O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre as

características sociodemográficas de jovens do MST quanto à razão de prevalência para estarem em acordo com as normas de gênero.

MÉTODO

Estudo transversal, com suporte teórico da categoria de gênero^(1,13), realizado durante a XIV Jornada de Agroecologia, sediada no município de Irati – Paraná, em julho de 2015. Assumiram-se, como critérios de inclusão, jovens do MST do estado do Paraná, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 29 anos, que aceitassem livremente – após a assinatura dos termos de assentimento (menores de 18 anos) e consentimento – participar do estudo, e que obtivessem taxa de resposta do questionário superior a 40%.

A pesquisa foi composta por uma amostra aleatória, não probabilista, de jovens que responderam positivamente ao convite do investigador para integrarem o estudo. Durante o evento, entre os intervalos da programação das atividades, os/as jovens eram convidados/as a participar da pesquisa. Responderam ao instrumento de coleta de dados 210 jovens, todavia, 63 tiveram que ser excluídos, pois, conforme os critérios de exclusão, 29 dos participantes responderam menos que 40% das questões; 24 não assinaram o termo de consentimento ou assentimento e 10 jovens não viviam no estado do Paraná. Portanto, a amostra do estudo foi composta por 147 jovens.

Para a coleta de dados foi utilizado o instrumento *International Men and Gender Equality Survey (IMAGENS) Survey Questionnaires*⁽¹⁴⁾, especificamente sua terceira sessão, que aborda “as atitudes sobre as relações entre homens e mulheres”. Buscando constatar a validade do conteúdo e do constructo do questionário frente às particularidades sociais e culturais da juventude Sem Terra, foi realizado um *Face validity*⁽¹⁵⁾, com a participação de 12 jovens lideranças do MST no estado do Paraná, durante a primeira etapa (02/15) da Escola Estadual da Juventude do MST no Paraná.

Deste momento, adequações de linguagem e de características sociodemográficas tiveram que ser incluídas. A versão preliminar do questionário foi submetida a um pré-teste, junto a 48 jovens, durante a segunda etapa (04/15) da Escola Estadual da Juventude do MST no Paraná.

O questionário foi composto por 11 variáveis sociodemográficas: sexo, idade, orientação sexual, escolarização, religião, estado civil, com quem reside, onde reside, cor/raça, trabalho e renda mensal; e 13 sobre normas de gênero. A avaliação das variáveis sobre normas de gênero foi feita mediante categorias compostas por escala Likert, com 5 graus de concordância, sendo: 1 a 2 – Concordo; 3 a 4 – Discordo e; 5 – Sem opinião. Considerando-se a escassa frequência de casos, as respostas “Sem opinião” foram consideradas casos perdidos. Para estudar a relação entre as variáveis sobre normas de gênero e sociodemográficas, realizou-se a prova de independência de qui-quadrado, com significação estatística em $p \leq 0,05$.

Nos casos em que a relação não era estatisticamente significativa, as variáveis foram descartadas da análise posterior. Desta forma, o restante das análises se realizou com 9 das 13 variáveis sobre normas de gênero iniciais, e cinco das variáveis sociodemográficas, conforme será apresentado

neste estudo. Posteriormente, foi realizada uma análise, comparando-se as variáveis sobre normas de gênero em relação às sociodemográficas para verificar a prevalência, entre os/as participantes, de estarem de acordo com as normas de gênero. Tal avaliação foi feita entre mulheres e homens, homens em relação a homens, e mulheres frente a outras mulheres. Para medir tal relação, calculou-se a Razão de Prevalência (RP) com Intervalo de Confiança (IC) aos 95%.

O estudo atende integralmente à Resolução CNS 466/12, tendo sido avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, com parecer favorável

de número 1.052.036/2015. A análise de dados foi realizada com auxílio dos programas Excel, Epidat 3.1 e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20.0.

RESULTADOS

Participaram do estudo 147 jovens. A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas dos/das participantes do estudo, sendo 51,7% homens e 48,3% mulheres. Observa-se diferença estatisticamente significativa somente para renda mensal entre homens e mulheres na categoria de R\$ 789,00 a R\$ 1.575,00 ($p=0,001$).

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos/das participantes do estudo – Paraná, Brasil, 2017.

Categoria	Variável	N 147	Homens		Mulheres		P
			n	%	n	%	
Crença Religiosa	Sim	130	64	86,5	66	94,3	0,1
	Não	14	10	13,5	4	5,7	0,1
Cor da Pele	Não Branca	86	48	64,9	38	53,5	0,2
	Branca	59	26	35,1	33	46,5	0,1
Estado Conjugal	Solteiro/a	118	64	85,3	54	79,4	0,2
	União Estável	25	11	14,7	14	20,6	0,4
Escolarização	Menor Escolarização*	36	22	57,9	14	48,3	0,2
	Maior Escolarização**	31	16	42,1	15	51,7	0,9
Idade (agrupada)	15 – 19	72	31	41,9	41	57,7	0,04
	20 – 29	73	43	58,1	30	42,3	0,1
Com quem reside	Com os pais ou responsáveis	77	39	55,7	38	55,9	0,8
	Sem os pais ou responsáveis	61	31	44,3	30	44,1	0,8
Local onde reside	Acampamento***	77	40	52,6	37	52,1	0,9
	Assentamento**** ou outras formas*****	30	36	47,4	34	47,9	0,9
Vínculo formal de trabalho	Sim	7	5	7,5	2	4,0	0,3
	Não	110	62	92,5	48	96,0	0,1
Renda mensal	Superior a R\$ 1.576,00	6	5	7,5	1	2,0	0,1
	R\$ 789,00 a R\$ 1.575,00	20	17	25,8	3	6,0	0,001
	Até R\$ 788,00	53	30	45,5	23	46,0	0,4

Legenda: N – número total de participantes. n – número de participantes que responderam à variável. *Inferior ou Igual ao Ensino Médio incompleto. **Ensino Médio ou Superior. *** Núcleo de famílias que ainda aguardam o direito pela terra. Período de vivência marcado pela precarização das condições habitacionais, tensão (risco de desocupação) e alta coletividade dos sujeitos. ****Núcleo de famílias que já possuem o direito sobre a terra. Em alguns espaços, percebe-se a diluição da coletividade, devido às preocupações individuais como a produção da terra e ao distanciamento das habitações, por conta do distanciamento geográfico dos lotes. *****Entre “outras formas” foram incluídos os/as jovens que vivem em centros de formação do MST, ou que trabalham na Secretaria Estadual.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 evidencia que, em geral, as mulheres estão mais de acordo com as normas de gênero que os homens ($p < 0,005$), sobretudo entre as que possuem menor escolarização, pele não branca, com crença religiosa, que vivem sem os pais/responsáveis e em acampamentos.

Conforme a Tabela 2, somente na norma de gênero relacionada com a igualdade em ambos os sexos, para expressar a sexualidade, os homens estão mais de acordo que as mulheres, a saber: entre aqueles que estão menos escolarizados (80,6%), vivem com os pais/responsáveis (75,0%) e em acampamentos (77,1%). A maior diferença entre os/as jovens, em ambos

os sexos, está no fato de a mulher ser considerada a grande responsável pela família, estando as mulheres mais de acordo com esta norma que os homens. As maiores diferenças em magnitude do acordo em relação às normas de gênero observavam-se entre quem vive sem os pais/responsáveis [59,3% mulheres e 21,4% homens ($p=0,004$)], em assentamentos [55,2% mulheres e 14,7% homens ($p=0,001$)], são de pele não branca [60,0% mulheres e 28,6% homens ($p=0,006$)], com menor escolarização [63,9% mulheres e 37,1% homens ($p=0,02$)] e com crença religiosa [63,0% mulheres e 26,8% homens ($p=0,000$)].

Tabela 2 – Porcentagem de homens e mulheres de acordo com as normas de gênero, segundo características sociodemográficas – Paraná, Brasil, 2017.

Características sociodemográficas	Normas de gênero	Homens		Mulheres		P
		n (N)	%	n (N)	%	
Menor Escolarização	Há igualdade para socialização e diversão	26 (37)	70,3	38 (43)	88,4	0,04
	Há igualdade para a expressão da sexualidade	25 (31)	80,6	21 (38)	55,3	0,02
	Moças devem ser mais recatadas	16 (34)	47,1	25 (35)	71,4	0,03
	Mulher é a grande responsável pela família	13 (35)	37,1	23 (36)	63,9	0,02
Maior Escolarização	Mulher é a grande responsável pela família	05 (32)	15,6	11 (33)	33,3	0,09
Vivem em Acampamentos	Rapazes são os responsáveis pelo uso do preservativo	21 (38)	55,3	28 (36)	77,8	0,04
	Há igualdade para a expressão da sexualidade	27 (35)	77,1	19 (35)	54,3	0,04
	Mulheres não as responsáveis por prevenir a gravidez	08 (38)	21,1	15 (33)	45,5	0,02
Vivem em Assentamentos	Há igualdade para socialização e diversão	19 (32)	59,4	27 (30)	90,0	0,006
	Mulher é a grande responsável pela família	05 (34)	14,7	16 (29)	55,2	0,001
Vivem sem os Pais/responsáveis	Há igualdade para socialização e diversão	16 (30)	53,3	22 (27)	81,5	0,02
	Mulher é a grande responsável pela família	06 (28)	21,4	16 (27)	59,3	0,004
	Moças devem ser mais recatadas	08 (27)	29,6	15 (25)	60,0	0,02
	Igualdade no controle sobre o comportamento afetivo-sexual	05 (26)	19,2	13 (26)	50,0	0,02
Vivem com os Pais/responsáveis	Há igualdade para a expressão da sexualidade	24 (32)	75,0	14 (31)	45,2	0,01
Pele não Branca	Há igualdade para socialização e diversão	32 (44)	72,7	33 (35)	94,3	0,01
	Mulher é a grande responsável pela família	12 (42)	28,6	21 (35)	60,0	0,006
	Mulheres são as responsáveis por prevenir a gravidez	11 (46)	23,9	19 (37)	51,4	0,010
Pele Branca	Mulher é a grande responsável pela família	06 (23)	26,1	13 (24)	54,2	0,05
Possuem Crença Religiosa	Mulher é a grande responsável pela família	15 (56)	26,8	34 (54)	63,0	0,000
	Moças devem ser mais recatadas	23 (55)	41,8	34 (54)	63,0	0,02

Legenda: N – número total de participantes. n – número de participantes que responderam à variável.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3 se observam as prevalências de acordo de um sexo frente ao outro. Verifica-se que as mulheres têm maior prevalência de acordo com as normas de gênero, em comparação com os homens. Exceto para o acordo de que, cotidianamente, há igualdade para a expressão da sexualidade, no qual há uma maior prevalência de desacordo nas mulheres que vivem em acampamento (RP=0,62, IC=0,40-0,97).

A maior diferença entre ambos os sexos na prevalência, de acordo com as normas de gênero, está no fato de a mulher ser considerada a grande responsável pela união e prosperidade da família, mais diferença há entre quem vive em assentamentos RP=2,46 (1,48-4,10), e as mulheres estão mais de acordo com tais normas que os homens. O mesmo se observa com a norma de que cotidianamente há igualdade para socialização e diversão, entre quem vive em

assentamentos RP=3,13 (IC=1,10-8,93), sempre no sentido de as mulheres estarem mais de acordo que os homens.

A Tabela 4 evidencia que entre os homens é maior o acordo com a norma de gênero que afirma ser a traição masculina algo aceitável, entre os homens com menor escolarização (RP=2,25, IC=1,52-3,34). Enquanto a norma sobre igualdade para a expressão da sexualidade mostra maior acordo entre os homens que vivem em acampamentos (RP=1,69, IC=0,94-3,04) e com menor escolarização (RP=2,13, IC=1,04-4,38).

Em relação à igualdade para socialização e diversão, os homens com crença religiosa (RP=1,40, IC=1,03-1,92) mostram maior acordo. Entretanto, os homens que vivem em acampamento têm menor probabilidade de estar de acordo com a norma “é maior o controle sobre as moças quanto à circulação em espaços públicos” (RP=0,58, IC=0,37-0,92).

Tabela 3 – Razão de prevalência entre homens e mulheres para estarem de acordo com as normas de gênero, segundo características sociodemográficas – Paraná, Brasil, 2017.

Variável	Menor Escolarização	Maior Escolarização
	RP (IC95%)	RP (IC95%)
Mulher é a grande responsável pela família	1,72 (1,05-2,82)	2,26 (1,26-3,79)
	Vivem em Acampamento	Vivem em Assentamento
Cotidianamente, há igualdade para a expressão da sexualidade	0,62 (0,40-0,97)	ENS
Mulheres são as responsáveis por prevenir a gravidez	1,74 (1,09-2,79)	ENS
Cotidianamente, há igualdade para socialização e diversão	ENS	3,13 (1,10-8,93)
Mulher é a grande responsável pela família	ENS	2,46 (1,48-4,10)
	Vivem sem os Pais/resp.	Vivem com os Pais/resp.
Mulher é a grande responsável pela família	2,18 (1,26-3,77)	ENS
Moças devem ser mais recatadas para zelarem por sua moral	1,89 (1,05-3,39)	ENS
O controle sobre o comportamento afetivo-sexual é igualitário	1,89 (1,13-3,16)	ENS
Cotidianamente, há igualdade para a expressão da sexualidade	ENS	0,54 (0,33-0,89)
	Pele não Branca	Pele Branca
Mulher é a grande responsável pela família	2,00 (1,21-3,31)	1,80 (1,03-3,15)
Mulheres são as responsáveis por prevenir a gravidez	1,86 (1,17-2,97)	ENS
	Com Crença Religiosa	Sem Crença Religiosa
Mulher é a grande responsável pela família	2,12 (1,41-3,17)	ENS
Moças devem ser mais recatadas para zelarem por sua moral	1,55 (1,03-2,32)	ENS

Legenda: N – número total de participantes. n – número de participantes que responderam à variável. *ENS – Estatisticamente não significativos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4 – Razão de prevalência entre os jovens para estarem em acordo com as normas de gênero, segundo características sociodemográficas – Paraná, Brasil, 2017.

Variável	Acampamento		Assentamento		RP (IC95%)	P
	N	n (%)	N	n (%)		
É maior o controle sobre as moças quanto à circulação em espaços públicos	32	18 (56,3)	32	26 (81,3)	0,58 (0,37-0,92)	0,03
Cotidianamente, há igualdade para a expressão da sexualidade	35	27 (77,1)	28	15 (53,6)	1,69 (0,94-3,04)	0,04
Mulher é a grande responsável pela família	34	13 (38,2)	34	5 (14,7)	1,72 (1,11-2,65)	0,02
	Menor Escolarização		Maior Escolarização			
Cotidianamente, há igualdade para a expressão da sexualidade	31	25 (80,6)	31	16 (51,6)	2,13 (1,04-4,38)	0,02
A traição cometida pelo homem é aceitável	29	10 (34,5)	29	1 (3,4)	2,25 (1,52-3,34)	0,003
	Com Crença Religiosa		Sem Crença Religiosa			
Cotidianamente, há igualdade para socialização e diversão	57	43 (75,4)	10	3 (30,0)	1,40 (1,03-1,92)	0,004

Legenda: N – número total de participantes. n – número de participantes que responderam à variável.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao acordo, entre as mulheres, sobre as normas de gênero, na Tabela 5 observa-se que aquelas de menor escolarização têm menor prevalência de estar de acordo com a norma “é maior o controle sobre as moças quanto à circulação em espaços públicos” (RP=0,67, IC=0,48-0,93). Já sobre a norma que afirma que as mulheres são as responsáveis por prevenir a gravidez, o maior acordo é entre as mulheres

de menor escolarização (RP=2,27, IC=1,55-3,33) e as de pele não branca (RP=1,74, IC=1,19-2,56). Igualmente, as de menor escolarização também estão mais de acordo com a norma de gênero que se refere à responsabilidade do homem pelo uso do preservativo (RP=1,75, IC=1,04-2,95) e, ainda, que as moças devem ser mais recatadas (RP=1,71, IC=1,02-2,88).

Tabela 5 – Razão de prevalência entre as jovens para estarem de acordo com normas de gênero, segundo características sociodemográficas – Paraná, Brasil, 2017.

Variável	Menor Escolarização		Maior Escolarização		RP (IC95%)	P
	N	n (%)	N	n (%)		
Rapazes são os responsáveis pelo uso do preservativo	42	33 (78,6)	23	11 (47,8)	1,75 (1,04-2,95)	0,01
Moças devem ser mais recatadas	35	25 (71,4)	24	10 (41,7)	1,71 (1,02-2,88)	0,02
É maior o controle sobre as moças quanto à circulação em espaços públicos	39	23 (59,0)	21	18 (85,7)	0,67 (0,48-0,93)	0,03
Mulheres são as responsáveis por prevenir a gravidez	38	22 (57,9)	23	1 (4,3)	2,27 (1,55-3,33)	< 0,001
			Peles não Brancas	Peles Brancas		
Mulheres são as responsáveis por prevenir a gravidez	37	19 (51,4)	24	4 (16,7)	1,74 (1,19-2,56)	0,006

Legenda: N – número total de participantes. n – número de participantes que responderam à variável.

Fonte: Elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam maior prevalência para que as mulheres estejam de acordo com as normas de gênero, em relação aos homens participantes desta pesquisa. A subordinação feminina é estruturada por um regime de gênero patriarcal, que tem interiorizado nas jovens a reprodução de pensamentos, normas e ações conservadoras às quais estão submetidas^(1,7). Ademais, características sociodemográficas que expressam desigualdades, como menor escolarização, viver em acampamento, possuir pele não branca e, ainda, a influência de uma crença religiosa, foram indicadores sociais para mais acordo com as normas de gênero.

Isto significa que, mesmo sendo o MST um movimento social progressista e que, ideologicamente, luta pela construção de um novo sujeito por meio da igualdade, opondo-se ao poder social do capital, são os determinantes sociais de classe e um arraigado regime de gênero patriarcal os principais fatores que têm imputado reafirmações para o acordo sobre papéis, estereótipos e desigualdades de gênero entre a juventude investigada.

Todavia, deve-se destacar que este regime de gênero patriarcalista não é exclusivo do MST⁽⁷⁾; sua população vivencia os modos de vida do contexto rural, historicamente marcado por esta ordem de gênero^(3,6). Há ainda que se considerar que interagem neste contexto as desigualdades de classe, presentes na condição social da mulher e que, inevitavelmente, determinam as relações de gênero e o controle social na sociedade capitalista, a qual sustenta as relações desiguais de poder^(3,13).

Entretanto, como produto de uma construção social, histórica e cultural, essas normas de gênero, nos espaços de acampamentos e assentamentos do MST investigados, estão sendo interpretadas e internalizadas por “homens” e “mulheres” de maneira individual, porém, com maior impacto sobre as mulheres. Tais normas são mais evidentes em acampamentos, quando comparados aos assentamentos, e podem estar sustentando desigualdades de gênero na posição social, laboral e de poder, no acesso a recursos e serviços e nos comportamentos relacionados à saúde^(2,7).

As jovens de menor escolarização, quando comparadas às de maior escolarização, apresentaram maior prevalência para o acordo com normas de gênero, relativas aos papéis de homens e mulheres frente à contracepção e à prevenção de Doenças

Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids, pois reafirmam a responsabilidade do homem pelo uso do preservativo, e da mulher, pelo controle da natalidade⁽⁹⁾. O estudo evidencia que, quanto maior a escolaridade, maior é o processo de emancipação e empoderamento das jovens para se posicionarem em desacordo com as normas de gênero.

Portanto, se o próprio fato de se educar formalmente já contribui para os processos emancipatórios, acredita-se que a inclusão da educação em sexualidade como conteúdo transversal em todos os componentes curriculares garantiria ainda mais liberdade, respeito, igualdade, ruptura de tabus e preconceitos, boas práticas, autonomia e democracia frente às questões afetivo-sexuais e de gênero⁽¹⁶⁾. Em contribuição a esse contexto, as práticas sociais de enfermagem pautadas por ações de educação em promoção da saúde, com suporte metodológico da Educação Popular em Saúde, têm demonstrado ser uma importante ferramenta para a promoção da saúde afetivo-sexual, reprodutiva, do bem-estar e do diálogo de gênero entre homens e mulheres⁽¹⁷⁾.

Entre as jovens, há maior acordo para afirmações sobre normas de gênero que reafirmam estereótipos, como a responsabilização da mulher pela união da família, ou que moças devem manter um bom comportamento para zelarem por uma “boa moral”. Tal posicionamento pode estar sendo ativado porque as participantes não são conscientes da ordem patriarcal presente na sociedade em que vivem, ao entenderem tais processos como naturais ao sexo biológico^(1,13).

Ressalta-se a maior prevalência dos homens em relação às mulheres para o acordo de que existe igualdade. Entre regimes de gêneros patriarcais, os homens não percebem sua condição de dominação⁽¹³⁾, o que conduz a “dificuldades” para reconhecerem as desigualdades de gênero⁽³⁻⁴⁾. Entretanto, a maior percepção de igualdade não é exclusiva dos homens de espaços rurais, pois 58% dos homens urbanos do Brasil também estão de acordo de que existe uma alta equidade de gênero⁽¹⁸⁾.

Diante dos 33 anos de história do MST, destaca-se que o Movimento, para muitas mulheres, foi e é a possibilidade de se libertar de várias formas de opressão e de se afirmarem como mulheres trabalhadoras, na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Em contrapartida, conforme este estudo, para as mulheres que estão presentes nos acampamentos e assentamentos investigados, tais

premissas ainda não se concretizaram plenamente, mesmo após a implantação de Políticas Públicas com direcionamentos específicos para as mulheres rurais^(5,8) e a soma das lutas e reivindicações das mulheres do MST, em seu próprio espaço de vida ou as articuladas pelo Setor de Gênero e Coletivos de Mulheres, em âmbito nacional e estadual.

Visto que esta pesquisa elucidou que entre os/as participantes impera a desigualdade e a opressão subjetivada das jovens, o presente estudo evidencia um importante campo para atuação da enfermagem, principalmente no que diz respeito a contribuir para o alcance do quinto objetivo da Agenda 2030⁽¹⁹⁾, o qual busca “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Entretanto, para que seja possível a contribuição efetiva da enfermagem para a meta citada, é imprescindível que as ações propostas ultrapassem a dimensão do corpo e que situe a mulher como sujeito, fruto de um processo social, histórico e cultural. Para tanto, faz-se necessário ampliar a perspectiva do cuidado, indo além de suas dimensões técnico-operativas⁽¹²⁾. É fundamental a adoção de práticas sociais de enfermagem que atendam às necessidades destas jovens, para que sejam vistas como seres sociais, na amplitude de suas relações e interações.

CONCLUSÃO

O estudo junto à juventude deste Movimento que preconiza a construção de um novo sujeito, a igualdade e a oposição ao poder social do capital, demonstrou que seus integrantes não estão livres das influências da ordem de gênero patriarcalista e das interferências sociais de classe, principais promotoras de desigualdades, presentes na sociedade brasileira.

Desta forma, características sociodemográficas que demarcam desigualdades, como menor escolarização, viver em acampamento, possuir pele não branca e, ainda, a influência de uma crença religiosa, foram indicadores sociais para mais acordo com as normas de gênero. O produto final das normas que reafirmam papéis, estereótipos e desigualdades de gênero pode impactar negativamente a saúde desta população, principalmente, vulnerabilizando a saúde afetivo-sexual e reprodutiva das mulheres, bem como seu empoderamento e emancipação.

Para que a enfermagem possa intervir efetivamente sobre um fenômeno tão complexo, como as normas de gênero, é

necessário desenvolver uma atitude crítica e reflexiva, no sentido de implementar ações político-sociais que expressem a participação responsável e comprometida com o desenvolvimento social da população atendida. Tais ações, nos contextos de acampamentos e assentamentos do MST, devem ser articuladas intersetorialmente, envolvendo as Equipes de Estratégia de Saúde da Família que atendem as comunidades, os Setores Organizacionais locais, as Escolas do Campo/Itinerantes e, indispensavelmente, grupos de jovens com representações masculinas e femininas.

Sugere-se que as intervenções sejam pautadas por ações de promoção e educação em saúde e que tenham em seu bojo a categoria de gênero. Que sejam ações que promovam a formulação de saberes e consciência crítico-reflexiva, objetivando o empoderamento das mulheres, para o enfrentamento e a desconstrução das normas de gênero. Também, é necessário que as práticas sociais da enfermagem contribuam para a articulação política e a auto-organização coletiva nestes espaços, para que as jovens consigam construir autonomia política, econômica e pessoal, que são condições fundamentais para romper com as normas e desigualdades de gênero e promover a emancipação da mulher.

Destaca-se como principal contribuição científica deste estudo o fato de ter evidenciado a possibilidade de se fazer uma caracterização quantitativa sobre a presença das normas de gênero em organizações específicas, o que contribui para a formulação de um plano de práticas sociais, empiricamente ajustado e direcionado à população à qual se propõe a intervenção.

Como limitação do estudo, aponta-se a baixa amostra, relacionada com a grande recusa da juventude em participar da pesquisa. Mas foi possível atingir os objetivos propostos e compreender as normas de gênero entre esta população, até o momento desconhecidas. E, ainda, em se tratando de estudo transversal, não é possível estabelecer relações causais, visto que o objetivo é estabelecer a razão de prevalência para estarem em acordo com as normas de gênero, em relação às características sociodemográficas.

Neste sentido, sugere-se um estudo qualitativo para o aprofundamento das relações sociais e culturais que sustentam essas normas. Por fim, destaca-se que os resultados deste estudo não podem ser generalizados e compreendidos como características comuns para todas as juventudes do MST.

RESUMO

Objetivo: Analisar a relação entre as características sociodemográficas de jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra quanto à razão de prevalência para estarem em acordo com as normas de gênero. **Método:** Estudo transversal, realizado durante uma Jornada de Agroecologia sediada no Estado do Paraná, com jovens (15 a 29 anos) de ambos os sexos. A coleta de dados foi conduzida por meio da aplicação de questionário. A análise dos dados comparou variáveis sobre normas de gênero em relação às sociodemográficas e, para avaliar tal relação, calculou-se a Razão de Prevalência (RP) com Intervalo de Confiança (IC) aos 95%. **Resultados:** A amostra do estudo foi composta por 147 jovens. Observou-se maior prevalência para o acordo com as normas de gênero (RP com IC aos 95%) entre as mulheres em relação aos homens, e que características sociodemográficas (menor escolarização, que vivem em acampamento, de pele não branca e com crença religiosa) foram indicadores sociais para tal posicionamento entre ambos os sexos. **Conclusão:** O subproduto de um regime de gênero patriarcal tem levado mais as jovens à interiorização e à reafirmação das normas de gênero, evidenciando um importante campo de atuação para as práticas sociais de enfermagem, com vistas a contribuir para a transformação desta realidade.

DESCRIPTORIOS

Identidade de Gênero; Gênero e Saúde; Saúde da População Rural; Cuidados de Enfermagem; Enfermagem em Saúde Pública.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la relación entre las características sociodemográficas de jóvenes del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en cuanto a la razón de prevalencia para estar de acuerdo con la normas de género. **Método:** Estudio transversal, realizado durante una Jornada de Agroecología celebrada en el Estado de Paraná, con jóvenes (15 a 29 años) de ambos sexos. La recolección de datos fue conducida mediante la aplicación de cuestionario. El análisis de los datos comparó las variables sobre normas de género con relación a las sociodemográficas y, para evaluar dicha relación, se calculó la Razón de Prevalencia (RP) con Intervalo de Confianza (IC) a los 95%. **Resultados:** La muestra del estudio estuvo compuesta de 147 jóvenes. Se observó mayor prevalencia para la conformidad con las normas de género (RP con IC a los 95%) entre las mujeres en relación a los hombres y que las características demográficas (menor escolarización, que viven en campamento, de piel no blanca y con creencia religiosa) fueron indicadores sociales para dicha postura entre ambos sexos. **Conclusión:** El subproducto de un régimen de género patriarcal está llevando cada vez más a las jóvenes a la interiorización y la reafirmación de las normas de género, evidenciando un importante campo de actuación para las prácticas sociales de enfermería, con vistas a contribuir a la transformación de esa realidad.

DESCRIPTORES

Identidad de Género; Género y Salud; Salud Rural; Atención de Enfermería; Enfermería en Salud Pública.

REFERÊNCIAS

- Connell R. Gender and power. Cambridge: Polity Press; 2013.
- World Health Organization (WHO). Women and health: today's evidence tomorrow's agenda. Geneva: WHO; 2009.
- Forsberg G, Stenbacka S. Mapping gendered ruralities. Eur Countrys. 2013;5(1):1-20. DOI: 10.2478/euco-2013-0001
- Maluleke T. Book review: reshaping gender and class in rural spaces. J Int Women's Stud [Internet]. 2013 [cited 2016 July 20];14(3):295-9. Available from: <http://vc.bridgew.edu/jiws/vol14/iss3/22>
- Brasil. Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília: MS; 2013.
- Castro EG. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv [Internet]. 2009 [citado 2016 jul. 20]; 7(1):179-208. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v7n1/v7n1a08.pdf>
- Zanatta LF, Brêtas JRS. Desigualdades de gênero entre adolescentes de acampamentos do MST, no Norte do Paraná. RBSH. 2014;25(1):27-41.
- Brasil. Presidência da República; Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mulheres do campo e da floresta: diretrizes e ações nacionais. Brasília; 2011.
- Zanatta LF, Brêtas JRS. Vulnerabilidades à saúde sexual de adolescentes em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná. Adolesc Saúde. 2016;13 Supl. 2:33-40.
- Backes DS, Backes MS, Erdmann AL. Systemic social practice of nurses in Luhmann's perspective. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2011 [cited 2016 July 20];45(1):114-9. Available from: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n1/en_16.pdf
- Backes DS, Erdmann AL, Büscher A. Demonstrating nursing care as a social practice. Rev Latino Am Enfermagem. 2009;17(6):988-94. DOI: 10.1590/S0104-11692009000600010
- Zoboli ELCP, Schweitzer MC. Nursing values as social practice: a qualitative meta-synthesis. Rev Latino Am Enfermagem. 2013;21(3):695-703. DOI: 10.1590/S0104-11692013000300007
- Saffioti H. A Mulher na sociedade de classe: mito e realidade. Petrópolis: Vozes; 2013.
- International Center for Research on Women; Instituto Promundo. International Men and Gender Equality Survey (IMAGES): men's questionnaires [Internet]. Washington; 2011 [cited 2016 July 20]. Available from: <http://www.icrw.org/files/publications/International-Men-and-Gender-Equality-Survey-IMAGES.pdf>
- Holden RB. "Face validity". In: Weiner IB, Craighead WE. The Corsini Encyclopedia of Psychology. 4th ed. Hoboken, New Jersey: Wiley; 2010. p. 637-8.
- Zanatta LF, Moraes SP, Freitas MJD, Bretas JRS. Sexuality education at the itinerant school of MST: students' perceptions. Educ Pesqui. 2016;42(2):443-58. DOI: 10.1590/S1517-9702201606144556
- Zanatta LF. Educación popular en salud para la educación en sexualidad en un movimiento social rural brasileño. Gac Sanit. 2017;31(3):246-9.
- Barker G, Contreras JM, Heilman B, Singh AK, Verma RK, Nascimento M. Evolving men: initial results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES) [Internet]. Washington: ICRW; 2011 [cited 2016 July 20]. Available from: <https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2016/10/Evolving-Men-Initial-Results-from-the-International-Men-and-Gender-Equality-Survey-IMAGES-1.pdf>
- United Nations. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development [Internet]. New York: UN; 2015 [cited 2016 May 20]. Available from: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>



Este é um artigo em acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Creative Commons.